



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO

JOZIANE JASKE BUSS

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES, PROFISSIONAIS DA
EDUCAÇÃO E COLABORADORES NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR
(PRODUTO EDUCACIONAL)

VITÓRIA

2021

JOZIANE JASKE BUSS

**A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES, PROFISSIONAIS DA
EDUCAÇÃO E COLABORADORES NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR**

Dissertação e Produto Educacionl
apresentados ao Programa de Pós-
Graduação de Mestrado Profissional em
Educação do Centro de Educação da
Universidade Federal do Espírito Santo,
como requisito para obtenção de título de
Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr^a Andressa
Mafezoni Caetano

VITÓRIA

2021

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

J39f Jaske Buss, Joziane, 1979-
A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES,
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E COLABORADORES NA
PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR / Joziane Jaske
Buss. - 2021.
40 f. : il.

Orientadora: Andressa Mafezoni Caetano.
Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Alunos com Deficiência. 2. Coletividade. 3. Formação
Continuada. 4. Inclusão Escolar. I. Mafezoni Caetano, Andressa.
II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação.
III. Título.

CDU: 37


JOZIANE JASKE BUSS

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES, PROFISSIONAIS DA
EDUCAÇÃO E COLABORADORES NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO
ESCOLAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em 26/03/2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Andressa Mafezoni Caetano
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora



Prof.^a Dr.^a Mariangela Lima de Almeida
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro interno



Prof.^a Dr.^a Denise Meyrelles de Jesus
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro externo



Prof. Dr.^a Marcia Denise Pletsch
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Membro externo

Dedico este estudo à Equipe Multidisciplinar do Centro de Referência de Educação Inclusiva-CREI, aos professores, profissionais da Educação e colaboradores da rede municipal de ensino de Santa Maria de Jetibá-ES que acreditam na Inclusão Escolar e principalmente no potencial dos alunos com deficiência, que movidos dessa crença fazem a diferença na vida de cada um, conduzindo-os ao conhecimento.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar a meu lado em todos os momentos de minha vida, Contigo Senhor, compartilho a alegria desta maravilhosa conquista, pois foi por meio de Tua força e Teu poder que eu consegui esta recompensa tão importante para mim.

À minha querida professora Andressa Mafezoni Caetano toda minha admiração, respeito e carinho. Obrigada por acreditar em mim pelos tantos elogios e incentivos, e principalmente conhecimentos, experiências e afetos compartilhados. Não chegaria a este ponto sem seu apoio. Você foi e está sendo muito mais do que minha orientadora: para mim será sempre minha Leide e amiga. Gratidão é a palavra que define tudo o que me proporcionou neste processo.

Aos amores de minha vida, Gerles e Aline, que se mantiveram firmes a meu lado, compreendendo meu isolamento, abdicando por inúmeras vezes de nossa vida familiar, lazer, sem os carinhos rotineiros, sem a atenção devida. Tantos “agora não” foram ditos, e mesmo assim permaneciam pacientes, à espera de apenas alguns minutos de meu precioso tempo. Certamente vocês viveram comigo todos os momentos difíceis e desafiadores desta caminhada. Obrigada pelo amor incondicional, pelos seus sorrisos, pelas dancinhas (Aline) e por saberem me fazer feliz.

À minha família, irmãs, cunhados (as), sobrinhos (as) e aos meus sogros José e Alídia, por apoiarem e compreenderem o meu distanciamento em inúmeros momentos.

À minha mãe e ao meu pai deixo um agradecimento especial, por terem me dado a vida e todas as lições de amor, solidariedade, amizade, generosidade, entrega, abnegação, compreensão e perdão que vocês me ofertam a cada novo dia. Sinto-me orgulhosa e agraciada por ter pais tão especiais.

À professora Mariangela Lima de Almeida, que despertou em mim, no GRUFOPEES, o interesse pela pesquisa e o compromisso com a gestão da Educação Especial/Inclusiva. Obrigada por apostar e acreditar no meu trabalho, por tantas palavras de incentivos e otimismo por vários momentos vividos em minha vida profissional e acadêmica. Agradeço sua amizade, carinho, companheirismo e sua disponibilidade e contribuições com esta pesquisa e com a minha formação de modo geral.

Às professoras Denise Meyrelles de Jesus e Marcia Denise Pletsch, que tão gentilmente aceitaram participar e colaborar com esta dissertação, pela abertura e relevantes contribuições, desde o processo de qualificação desta pesquisa, saibam que foram e são minha inspiração.

A toda a equipe do Centro de Referência de Educação Inclusiva – CREI, por ter me proporcionado a experiência da gestão na Educação Especial/Inclusiva, e comigo acreditarem que a inclusão é possível. Dessa crença nasceu o projeto de pesquisa e, conseqüentemente, esta dissertação.

À minha amiga-irmã Vanize Espindula, um agradecimento especial pela amizade, carinho, companheirismo, cumplicidade e presença constante durante meus desafios e avanços! Por tantas vezes ouvir minhas lamentações, angústias, e sempre ofertar-me palavras de força, de ânimo e coragem. Obrigada pelos abraços, pelas risadas e pelo carinho! Você com certeza é um exemplo para mim.

À minha amiga, companheira de mestrado Natieli Dalleprane Berger, por estar unida e sintonizada comigo em todos os momentos desta pesquisa. Obrigada pela companhia nos momentos de leitura, de escrita, de trocas durante todo o percurso. Você foi fundamental para esta conquista tão importante para mim. Peço a Deus que lhe conceda todas as bênçãos do céu!

Às minhas irmãs Francilene dos Santos Will e Patrícia Vassoler Scaramussa, pelos diálogos, pelas inúmeras trocas durante todo o percurso. MUITO OBRIGADA!

Às minhas amigas “musas da pesquisa-ação” Maria José Carvalho Bento, Nazareth Vidal da Silva, Fernanda Nunes da Silva e Islene da Silva Vieira pelas leituras, revisões, questionamentos e discussões sempre tão produtivas. Gratidão pela solicitude.

À minha querida professora Intérprete de LIBRAS, Marcileia Aparecida Bridi Sperandio que sem medir esforços, prontamente me ajudou garantir acessibilidade a todos nos vídeos do produto educacional. MUITO OBRIGADA!

Ao meu amigo Mestre Elcir Fornaciari, companheiro de leitura, de reflexões, dos tantos momentos de filosofia, a minha gratidão.

Ao meu amigo querido Handerson Duque de Lima por estar sempre ao meu lado, sempre com uma palavra amiga e principalmente me socorrendo nas horas mais difíceis! Com certeza fez que tudo se tornasse mais leve e brando! A minha eterna Gratidão!

Aos professores, profissionais da Educação e colaboradores por colaborarem com a pesquisa e por compartilharem seus saberes na formação continuada. Vocês fizeram toda a diferença nesta pesquisa, pois me permitiram experienciar momentos de muita aprendizagem. **MUITO OBRIGADA!**

Ao Prefeito Municipal Hilário Roepke pela autorização para a realização desta pesquisa.

À Secretaria de Educação de Santa Maria de Jetibá pela abertura e parceria estabelecida.

À Universidade Federal do Espírito Santo (campus Goiabeira), aos queridos docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação PPGMPE, os quais tive o privilégio de conhecer e aprender durante o mestrado

RESUMO

Essa pesquisa tem o objetivo de analisar pela via da formação continuada de professores (professores regentes, professores de áreas específicas, professores do Atendimento Educacional Especializado), profissionais da Educação (supervisores escolares, coordenadores de áreas, diretores) e colaboradores (auxiliares de Educação Especial, auxiliares de creche, bibliotecários, secretários escolares, estagiários, auxiliares de serviços gerais, merendeiras, motoristas), do Município de Santa Maria de Jetibá, os desafios e possibilidades do processo de inclusão escolar de estudantes com deficiência. Discute-se o desafio da formação continuada na perspectiva da inclusão escolar, tomando por base as demandas de seus contextos, e a necessidade de que estes construam outros possíveis diálogos, ações e práticas que possibilitem o acesso, permanência, aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes com deficiência, levando em consideração a importância da construção de um espaço coletivo de produção de conhecimentos. Para o desenvolvimento dessa discussão, trouxemos para diálogo teórico as contribuições de Lev Semyónovitch Vigotski e António Nóvoa, assim como autores que tem debatido a formação continuada de professores com vistas à inclusão escolar. A orientação metodológica se delineou por meio de uma pesquisa qualitativa, pela via do estudo de caso do tipo etnográfico, no qual os sujeitos da pesquisa foram os professores, profissionais da Educação e colaboradores da educação do município de Santa Maria de Jetibá/ES. Como instrumento de produção de dados utilizou-se a observação participante, questionários abertos e fechados, entrevistas semiestruturadas e grupos focais. Os dados revelaram a importância da constituição de espaços formativos comprometidos com a criação de um coletivo, marcado pela partilha de diversos saberes, pela colaboração e participação de todos os seus integrantes no processo de inclusão escolar. Consideramos que é no coletivo que são construídas possibilidades de que a formação continuada seja uma ferramenta de transformação das práticas pedagógicas, fortalecendo vínculos entre todos os servidores da Educação e os saberes científicos-pedagógicos. Como produto final desta dissertação, produzimos vídeos de curta duração, sobre a inclusão escolar e a importância da constituição de espaços formativos coletivos no âmbito das escolas, considerando os desafios encontrados no processo de escolarização dos estudantes com deficiência que serão publicados no canal do *Youtube* da Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá e no *Site* da Secretaria de Educação do referido município.

Palavras-chave: Alunos com Deficiência, Coletividade, Formação Continuada, Inclusão Escolar

ABSTRACT

The purpose of this research is to analyze, in the continuous formation of teachers (regent teachers, teachers from specific areas, Specialized Educational Assistance teachers), education professionals (school supervisors, area coordinators, principals), and collaborators (Special Education assistants, kindergarten assistants, librarians, school secretaries, trainees, janitors, cooks, drivers), at the municipality of Santa Maria de Jetibá, ES, Brazil, both challenges and inclusion possibilities for students with deficiency. Continuous formation's challenges under the school-inclusion perspective are here discussed, based on contextual demands, to build other, possible dialogues, actions and practices making access, permanence, apprenticeship and development of students with deficiency possible, considering the importance of the construction of a collective knowledge-production space. To develop this discussion, we present, for the theoretical dialogue, the contributions by Lev Semyonovich Vygotsky, António Nóvoa, and authors that have been debating the teachers' continuous formation to aim at inclusion in school. Methodology has designed a qualitative research, with a case study of the ethnographic type, research subjects being the teachers, education professionals and education collaborators in Santa Maria de Jetibá. As a data-generation instrument, participant observation, open and closed formularies, semi-structured interviewes and focus groups have been used. Data have demonstrated the importance of the constitution of formative spaces committed with the creation of a team, marked by the exchange of several knowledge kinds, by the collaboration and participation of all members in school inclusion. We consider that it is in the group that possibilities are built, for continuous formation to become a transformation tool in the pedagogical practices, thus tightening the bonds between all education professionals and the scientific-pedagogical knowledge kinds. As an end-product of this dissertation, we have prepared some short-play videos about school inclusion and the importance of the constitution of collective formative spaces in the school's ambit, considering the challenges found in the schooling of students with deficiency, published on the Youtube channel of the Municipality of Santa Maria de Jetibá and on the website of the Secretariat of Education of that municipality.

Keywords: Collectivity, Continuous Formation, School inclusion, Students with Deficiency.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. CAMINHOS PERCORRIDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO.....	15
3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O PRODUTO.....	19
4. REFERÊNCIAS.....	20
APÊNDICE.....	22
APÊNDICE A.....	23

1. INTRODUÇÃO

O mestrado profissional tem se apresentado, segundo Nogueira (2016) como um importante espaço de formação de docentes, de modo a formar um professor/pesquisador, que saiba agregar valores a suas atividades de interesse pessoal ou mais social, sendo ele protagonista de sua formação e transformação profissional. Por isso, a prática docente precisa ser fruto da reflexão sobre a ação, da capacidade de explicitar os valores das escolhas pedagógicas, do enriquecimento das ações coletivas, da consciência das múltiplas dimensões sociais e culturais que se cruzam nas práticas educativas escolares.

Dessa maneira, o caminho a percorrer, como nos indica Nogueira (2016) passa pela formação por meio da pesquisa e da reflexão, as quais possibilita o professor pesquisador produzir conhecimentos baseados nas situações da sua vida profissional, protagonizando sua formação e transformação do fazer pedagógico vivenciado no contexto das escolas, ou seja, a pesquisa é o caminho condutor de uma pedagogia que atenda às necessidades e interesses dos alunos, permitindo-os “compreender e analisar criticamente a sua prática profissional e encontrar caminhos para aperfeiçoá-la” (ANDRÉ, 2017, p. 828).

Nessa perspectiva, apresentamos na dissertação um capítulo específico sobre a construção do produto educacional como um ponto de inovação na produção e apropriação de conhecimentos pela formação coletiva dos professores, profissionais da Educação e colaboradores do município de Santa Maria de Jetibá-ES. Nesse sentido, corroboramos com Gamboa (2013) quando afirma que,

[...] Inovar exige uma consciência nova, outras formas de articulação dos sentidos, novas perspectivas, uma espécie de explosão do conhecimento diante de situações críticas, uma reordenação dos elementos ou das partes constitutivas. (SÁNCHEZ-GAMBOA, 2013, p. 271).

Inovação remete-nos a pensar sobre algo aberto, vasto, que nos permite experimentar novas formas e sentidos onde quer que estejamos, não como fim, mas caminho que nos leva a buscar a transformação, seja em nossa forma de ver as coisas, seja em nossos atos, seja em nossa prática, enfim, para Fullan (2000) é antes processo do que acontecimento, capaz de transformar o espaço em que se habita e a si próprio.

Com esse olhar, pensamos que a escola é espaço possibilitando inovar, mas requer vencermos medos e hábitos que nos levam a falsa sensação de segurança nos impedindo de vislumbrar outros possíveis resultados. Nessa direção, pensamos que construir uma escola equitativa, que trabalhe com todos com práticas inclusivas, é desafiador: exige mudar nossos modos de sentir,

pensar e agir, um certo querer “desaprender para aprender de novo” (SILVA, 2019a), sendo a formação continuada uma via possível.

Nesse contexto, conscientes de que a inclusão escolar e a escolarização dos alunos com deficiência se dá no ensino comum, juntamente com todos os alunos, apoiamos formação continuada pautada na coletividade, na validação e valorização dos diversos saberes advindos dos diferentes atores da escola, para os quais busca-se a formação e a produção de conhecimentos vinculados à reflexão das práticas e dos desafios encontrados no cotidiano educacional, pressupondo construção e consolidação de postura inovadora à atividade educativa visando a escola inclusiva, alicerçada pela garantia de que “[...] toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e que não sofrerá nenhuma espécie de discriminação” (BRASIL, Artigo 4º, 2015).

Desse modo, ressaltamos que no decorrer da pesquisa evidenciamos as contribuições da formação continuada marcada pela construção de espaços coletivos de discussões, reflexões e produções de conhecimentos que aliavam prática a teoria sob a perspectiva da inclusão escolar instituída em Maria de Jetibá, tendo como princípio a participação e o envolvimento de todos os servidores que compõem o universo escolar no processo de inclusão dos alunos com deficiência matriculados na escola comum. Esse acontecimento foi confirmado pelos princípios teóricos e metodológicos da teoria histórico-cultural de Vigotski (1984), quando destaca que o homem se constitui por meio das interações sociais, de modo que as características individuais (modo de agir, de pensar, de sentir, valores, conhecimentos, visão de mundo, etc.) dependem da interação dialética do Homem e seu meio sociocultural, ao passo que é nessa internalização das formas culturais, que se transforma o meio e a si próprio. Portanto, segundo Vigotski, a construção de conhecimento implica ação partilhada, pois é por meio dos outros que as relações sujeito-objeto de conhecimento se estabelecem (REGO, 1995, p. 110).

Nesse mesmo contexto das relações, Tardif (2004) salienta que o saber docente é “saber plural, formado de diversos saberes provenientes das instituições de formação, da formação profissional, dos currículos e da prática cotidiana” (p.54), acrescidos pelos saberes experienciais produzidos pelos docentes ao viverem situações específicas relacionadas ao espaço da escola e às relações com alunos e colegas de profissão, os quais “incorporam-se à experiência individual e coletiva sob a forma de *habitus* e de habilidades, de saber-fazer e de saber ser” (p. 38).

Ressaltamos que esta pesquisa fundamenta-se na concepção teórico-metodológica do estudo de caso do tipo etnográfico, a qual nos possibilitou nos distanciarmos do problema de pesquisa

para entendermos a complexidade do campo pesquisado, movimento duplo de imersão e distanciamento (MATTA, 1978), desafiando-nos a discutir a diversidade de saberes nas escolas, que por vezes ficavam cristalizados, sem compartilhamento entre aqueles que exercem a mesma função, o que nos instigava a pensar e repensar a percepção daquele coletivo, considerando a formação continuada de modo que os saberes de todos fossem validados como conhecimento e conseqüentemente fossem determinantes no quê e como fazer na inclusão escolar.

Ao findarmos nossas investigações, fomos desafiados a articular pesquisa e ensino elaborando e construindo o produto educativo para contribuir com a rede municipal de ensino, produzindo vídeos curtos sobre inclusão escolar e a importância de espaços formativos coletivos nas escolas, considerando os desafios da escolarização dos estudantes com deficiência.

Sob esta óptica, baseamo-nos na afirmativa de Sousa (2010), de que

“[...] o produto não é mera transposição didática de uma escola para a outra. Muito menos um material didático pronto para ser manipulado por professores e estudantes. Pelo contrário, é vivo, contém fluência, movimento e nunca está pronto e acabado, porque representa a dinâmica das aulas [...] vivenciada pelos estudantes (p. 4).

Nessa perspectiva, vídeos fomentarão espaços formativos coletivos nas escolas, instigando todos os que atuam nesses espaços a produzir cooperativamente conhecimentos que contribuirão para transformar práticas no espaço de atuação, com vistas aos desafios encontrados na inclusão e escolarização dos alunos com deficiência.

Na construção dos vídeos, consideramos os capítulos discutidos na pesquisa, os desafios na elaboração, os critérios de sua validação enquanto conhecimento científico, os impactos na formação e conseqüentemente a transformação das práticas. Tomando como base as concepções de Sánchez-Gamboa (2012), quando afirma que a problematização da prática é pertinente e necessária nos programas para formação continuada, em contexto de compromisso social articulando inovação e transformação social, principalmente as ações educativas que precisam passar por “[...] mudanças relativamente profundas, intencionais e duradouras” (p. 279).

Aqui, convergimos com a afirmação de Araújo (2009, p. 11) de que “a organização coletiva do trabalho se configura como um diferenciador da qualidade das próprias relações de trabalho, apresentando-se como uma possibilidade de gerar e gerir, no espaço educativo, uma unidade produtiva na qual o coletivo supere a alienação”. Nessa perspectiva, evidencia-se a necessidade da construção de espaços formativos na própria escola, considerando o conjunto de saberes, habilidades, valores e conhecimentos, socialmente relevantes, no cerne de uma ação educativa em seu interior.

Os vídeos, que integram esta dissertação de Mestrado Profissional, serão entregues à Secretaria do Programa de Pós-Graduação para inserção no *site* do programa da Universidade Federal do Espírito Santo com seguinte link (<https://youtube.com/playlist?list=PLc7rPPt119RXVKT-aVVHr0pAmVN1GlsLn>). Após o término da dissertação serão postados e compartilhados em ambiente virtual, no *site* da Formação Continuada da Secretaria de Educação do município (<https://www.youtube.com/c/PrefeituraMunicipaldeSantaMariadeJetibaES>) e no canal do Youtube da Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá-ES (<https://www.youtube.com/c/PrefeituraMunicipaldeSantaMariadeJetibaES>), campo de nossa atuação. E serão destinados a todos que trabalham na Educação com acesso livre e gratuito. Almejamos que esse produto educacional possibilite provocar, inquietar, instigar, motivar e inspirar esses professores, profissionais da educação e colaboradores, para produzirem conhecimentos baseados nas situações de sua vida profissional, protagonizando sua formação e transformação do fazer educativo vivenciado no contexto das escolas e consequentemente da Educação.

Salientamos que os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais constituem toda a pesquisa, possibilitando ao leitor compreender o contexto da pesquisa e o desenvolvimento do produto.

2. CAMINHOS PERCORRIDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO

As mudanças contemporâneas, principalmente na tecnologia da informação e comunicação, têm norteado as ações e as relações pessoais e interpessoais, e conseqüentemente a forma de construir conhecimento. Para acompanhar essas mudanças, a Educação tem-se valido de práticas inovadoras e transformadoras nos processos educacionais, integrando e utilizando os ambientes virtuais de aprendizagem para ampliar seus espaços formativos, proporcionando a seus servidores ambiente de partilha e produção de conhecimentos, para que possam assumir-se enquanto “[...] sujeitos da produção do saber e se convencerem de que ensinar não é transferir conhecimento, e sim criar possibilidades para sua produção e construção” (VALENTE; ALMEIDA, 2007, p. 117-126).

Cabe-nos ressaltar, o momento singular vivido pela comunidade escolar em 2020, quando as aulas presenciais da educação básica e do ensino superior foram suspensas no Brasil, acompanhado de crises sanitária, política e econômica, sem precedentes. A fragilidade social cresceu em meio ao distanciamento social, fechamento do comércio e de postos de trabalho, apontando panorama de o País tornar-se o epicentro da pandemia. Os cenários sociopolítico e econômico foram fortemente impactados pela pandemia e pelas medidas e recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS); ações que se tornaram necessárias e impulsionaram novos hábitos de higiene e comportamento social em âmbito mundial. Inúmeras estratégias foram adotadas para implementar o ensino remoto. E a formação continuada entrou nesse processo, contribuindo com o desenvolvimento de competências dos professores, profissionais da Educação e colaboradores que precisaram lidar com novas metodologias e práticas educativas no ensino remoto com a ajuda da tecnologia digital.

Nesse contexto pandêmico, buscamos meios de continuidade da pesquisa para que ela não perdesse o rigor científico, utilizando instrumentos que validassem a qualidade dos dados produzidos. Assim, tecemos o produto educacional. Trazemos ferramenta que consideramos pertinente ao aprimoramento do conhecimento dos integrantes das escolas, o uso de metodologias e ferramentas tecnológicas ativas de ensino, na medida que novas interações no espaço e até no tempo oferecem características diferenciando-se da interação presencial (Thompson, 2002, p. 81).

Sobre esse aspecto trazemos a narrativa:

A formação continuada é uma possibilidade de construção da nova proposta inclusiva pois dá aos profissionais a possibilidade de pensar o ato educativo e analisar a prática docente com o intuito de criarem espaços para reflexão coletiva. (Professor Regente, entrevista semiestruturada).

Entendemos que esse ambiente formativo pode contribuir com a formação de todos os que trabalham com a Educação que integram o universo escolar, pois possibilita acessar ferramenta para a formação continuada que pode motivar novas formas de produzir conhecimentos, passando de espectadores a partícipes do processo formativo. Por esse ângulo, Belloni (2005, p. 7) afirma que “o desenvolvimento de uma maior autonomia no contato com estas mídias favorece o surgimento de outras competências tais como organizar e planejar seu tempo, suas tarefas, fazer testes, responder a formulários, etc.”

São transformações importantes na formação continuada dos professores, profissionais da Educação e colaboradores, tanto para os diretamente implicados na escolarização dos alunos com ou sem deficiência, como para os que contribuem indiretamente na aprendizagem. Então, precisamos aprender a conviver com esta realidade, pois “[...] as velozes transformações tecnológicas da atualidade impõem novos ritmos e dimensões à tarefa de ensinar e aprender. É preciso estar em permanente estado de aprendizagem e de adaptação do novo”. (KENSKI, 2006, p. 30).

Segundo tal concepção, serão gravados 5 vídeos de curta duração, com cerca de 10 minutos cada, totalizando em média 50 minutos de vídeos.

Para apresentar a proposta de uma Formação Continuada pautada na coletividade, contextualizaremos no primeiro vídeo todo o processo desta pesquisa, as demandas encontradas, e a importância de a formação não ser concebida como acumulação (de cursos, palestras e seminários, etc., de conhecimentos ou técnicas), mas trabalho de reflexão crítica sobre a prática de (re) construção permanente de uma identidade pessoal e profissional, em interação mútua (NÓVOA, 1999). No final destacaremos as contribuições da perspectiva histórico-cultural e da concepção da mediação sob o olhar de Vigotski, pois é a partir dela que buscamos entender as implicações das relações humanas na formação docente, considerando ser ela fundamental na aprendizagem dos alunos com deficiência incluídos na escola comum.

No segundo vídeo, discutiremos sobre a concepção da Inclusão Escolar para provocar análises, reflexões críticas e proporcionar a construção de saberes que permitam mudanças significantes na ação educativa e nos espaços de sua atuação profissional. Ressaltamos que esse assunto foi escolhido a partir da fala de uma professora regente, ao afirmar que “[...] muitos profissionais se sentem perdidos, pois não estão habituados com determinadas situações, principalmente

quando se trata de educação inclusiva” (Professora Regente, entrevista semiestruturada, 2019).

Por isso, tomaremos como referência publicações de pesquisas abordadas na dissertação, a exemplo de ALMEIDA (2004), CAETANO (2002, 2009), JESUS (2002, 2009), KASSAR (2011), PLETSCH (2005), GIVIGI (2007), no campo da defesa pela inclusão, e o artigo de Mafezoni e Mello (2019) “O direito de aprender e o alunos público alvo da educação especial: trajetórias escolares e o papel da família”. Trata-se de publicação da orientadora, que discute o direito de aprender dos alunos da educação especial, fundamentado na teoria histórico-cultural e na pedagogia histórico-crítica, apresentando os vetores das políticas públicas e das práticas pedagógicas.

O terceiro vídeo apresentará diálogo sobre a importância do envolvimento de todos os integrantes da escola na inclusão escolar, de que modo cada um pode colaborar em sua própria função, e como a formação continuada como espaço formativo coletivo contribui na construção de novos conhecimentos que possam ser revestidos nas ações cotidianas para possibilitar aos alunos com deficiência se potencializarem nas unidades de ensino em que estão matriculados. Corroborando com esse discurso, trazemos algumas falas dos servidores:

Todo profissional da escola tem um papel importante na inclusão do aluno especial, contribuindo de maneira significativa no processo de ensino-aprendizagem (Professor Regente, entrevista semiestruturada).

Eu acho que deveria ter formação de educação especial para todos que trabalham com Educação, seja secretária, professor, servente, todos. (Professor de Área específica, grupo focal).

O tema do quarto vídeo nasceu da fala de coordenadora: “O envolvimento de todos deveria ser espontâneo, principalmente porque estamos num ambiente escolar, e os profissionais que se propõem a trabalhar numa escola deveriam ter esse olhar, porém, sabemos que isso nem sempre acontece” (entrevista semiestruturada, 2019). Esse posicionamento nos impulsionou a discorrermos acerca do trabalho colaborativo entre os pares como vislumbramento de novas possibilidades do agir coletivo na organização do trabalho escolar, das práticas interativas na execução das ações planejadas e desenvolvidas pela escola, ensejando a participação ativa dos alunos com deficiência matriculados nesses espaços. Bem como, refletirmos sobre de que modo cada um, independentemente da função exercida na escola, pode colaborar com a inclusão escolar.

No quinto e último vídeo, retomaremos questionamentos e reflexões sobre as possibilidades da constituição de espaços coletivos formativos, de como esses espaços se transformam em lugares

de aprendizagens. Nosso intuito nesse vídeo é instigá-los a se reconhecerem na condição de sujeitos produtores de conhecimentos, rompendo com paradigmas e pensamentos estigmatizados de que “[...]os saberes só ganham o estatuto de conhecimento legítimo quando é balizado por uma ciência historicamente validada” (KUSTER, ASTORI, BASTOS, 2018, p. 219). Além de motivar toda a escola a pensar em práticas formativas inovadoras, pois “[...] a inovação implica uma nova visão sobre a realidade que se pretende mudar” (GAMBOA, 2012, p. 279).

Para gravação e edição dos vídeos contratamos a empresa LG M Produções com apoio da equipe de Tecnologia e Informática da Secretaria de Educação de Santa Maria de Jetibá, para postagem nas plataformas digitais do município: *site* da própria Secretaria e no Canal do Youtube da Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá. Acompanhamento do acesso e consequente avaliação, efetivado sobre *likes* e compartilhamentos, comentários de usuários que acessaram o respectivo canal.

A elaboração e consecução deste produto se deu pelos diálogos e reflexões junto à orientadora da pesquisa do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, visando incitar e estimular a constituição de espaços formativos coletivos incorporados pelas relações entre os diferentes integrantes da escola como possibilidade de contribuir com a inclusão escolar dos alunos com deficiência matriculados na rede comum de ensino. Ressaltamos que as videoaulas, em nosso entender, se configuram instrumento tecnológico fundamental à condução da produção de conhecimentos e sua consolidação.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O PRODUTO

No entrelaçar deste produto educacional, pudemos consolidar nossa aposta nos processos formativos coletivos instituídos e assumidos pelos diversos servidores que ocupam lugar não somente enquanto cargo/função, mas responsáveis de pensar a escola em sua totalidade, desde seus afazeres ao compromisso com a aprendizagem de todos os alunos que a frequentam, dando-lhes iguais condições de se apropriarem dos diferentes conhecimentos oferecidos em seu interior. Considerando a complexidade das relações sociais e os processos de individualização que ocorrem no trabalho escolar, o estudo nos evidencia que não podemos deixar de pensar em possibilidades para ação educativa formativa comum que atenda as diferenças, direcionada às relações mais coletivas (PANTALEÃO, 2009).

O fato é que este processo formativo tem possibilitado a construção coletiva de novos conhecimentos por meio de saberes expressados no cotidiano escolar, tecidos nas relações de pessoas, envolvendo conjunto de informações, palavras, habilidades, valores, todos socialmente relevantes, que sutilmente auxiliam na aprendizagem de todos os alunos, principal função social da escola.

Nessa perspectiva, os pressupostos teóricos da mediação e da cooperação sustentados por Vigotski (1998) e Nóvoa (1995) salientam que as relações humanas são primordiais ao desenvolvimento profissional e acesso a novos conhecimentos – logo, a escola pode ser compreendida como lugar privilegiado de partilha de saberes, onde se estreitam laços, se constroem histórias na trajetória de vida, advindas das condições históricas e culturais de cada sujeito particular.

A partir desses pressupostos, projetamos uma formação continuada como possibilidade de construção de conhecimentos oriundos das interações e vivências coletivas, instalando ambiente impulsionado pelos diferentes saberes validados por seu agir educativo, e que os instigam a criar movimentos de transformações no cotidiano escolar.

Por fim, pensamos que as redes de relações constituídas no coletivo possibilitam construir práticas mediadoras da produção de conhecimentos ancoradas nas experiências e vivências de todos os servidores, que os conduz para percepção de que é possível nos transformarmos e nos encorajarmos a ressignificar nossas práticas com vistas a concretizar a inclusão de todos os alunos nos espaços escolares que frequentam.

4. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. L, BENTO, M. J. C, SILVA, N. V. As contribuições da pesquisa-ação para a elaboração de políticas de formação continuada na perspectiva da inclusão escolar. Rev. bras. Estud. pedagog., Brasília, v. 99, n. 252, p. 257-276, maio/ago. 2018.

ANDRÉ, Marli. **Articulando pesquisa e prática no mestrado profissional.** In: CARVALHO, M. V. C.; CARVALHÊDO, J. L. P.; ARAÚJO, F. A. M. (Orgs.). Caminhos da pósgraduação em educação no nordeste do Brasil: avaliação, financiamento, redes e produção científica. Teresina: EDUFPI, 2016.

ARAÚJO, Eliane Sampaio. **Mediação e aprendizagem docente.** In: ENCONTRO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL ABRAPEE – CONSTRUINDO A PRÁTICA PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO PARA TODOS, IX, 2009, São Paulo. Anais... São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2009, p. 1-15. Disponível em: <http://www.abrapee.psc.br/documentos/cd_ix_conpe/IXCONPE_arquivos26.pdf>

Acesso em: 26 nov. 2020.

BELLONI, L. M.. **Ensaio sobre a Educação a Distância no Brasil.** Educ. & Soc., Campinas, v. 23, n. 78, p. 117-142, 2002.

BRASIL. **Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 28 nov. 2020.

CAETANO, A. M. **O processo de escolarização de alunos com deficiência mental incluídos nas séries finais do ensino fundamental.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2002.

FÓRUM NACIONAL DOS MESTRADOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO (Fompe). Documento produzido pelo segundo fórum nacional dos mestrados profissionais em educação. Juiz de Fora, 2015.

GIVIGI, R. C. do N. **Tecendo redes, pescando ideias: (re) significando a inclusão nas práticas educativas na escola.** 2007. 233f. (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

JESUS, D. M. **Educação inclusiva: construindo novos caminhos.** 2002.217 f. Relatório (Pós-Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2002.

JESUS, D. M. de. **Políticas de inclusão escolar no Espírito Santo: tecendo caminhos teóricos-metodológicos.** In: BAPTISTA, Cláudio Roberto; JESUS, Denise Meyrelles de. **Avanços em políticas de inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países.** Porto Alegre: Mediação, 2009, p. 45-56.

KASSAR, M. de C. M. **Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul. /set. 2011. Editora UFPR.

KENSKI, M. V. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2006.

KUSTER, P. S.; ASTORI, G. G. G.; BASTOS, T. G. B. Reverberações entre pesquisa-ação e formação continuada: um breve ensaio. In: ALMEIDA, M. L.; CAETANO, A. M. (Org.).

Formação e Gestão em Educação Especial: a pesquisa-ação em foco. São Carlos: Pedro e João Editores, 2018, p. 135-154.

MELO, D. C. F.; MAFEZONI, A. C. **O direito de aprender e o alunos público alvo da educação especial: trajetórias escolares e o papel da família**. Revista Educação em Debate UFC, v. 41, p. 101-115, 2019.

NOGUEIRA, Eliane Greice Davanço ; NERES, Celi Corrêa ; BRITO, Vilma Miranda de. Mestrado Profissional em Educação : A constituição do professor/pesquisador e o retorno para a escola. **FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**. Salvador, v.25, n.47, p.63-75, set/dez.2016

NÓVOA, A. (Org.). **Os Professores e Sua Formação**. 2ª ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

PLETSCH, M. D. **O professor itinerante como suporte para educação inclusiva em escolas da rede municipal de educação do Rio de Janeiro**. 2005. 123 f. Dissertação – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2006_1-198-ME.pdf Acesso em: 15 de fevereiro de 2020.

REGO, Tereza Cristina. **Vigotski: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

SANCHEZ GAMBOA, S. **Pesquisa em Educação: Métodos e Epistemologias**. Chapecó: Argós: 2012.

SOUSA, M. C.. Produtos Educacionais de Matemática elaborados por professores da Educação no âmbito do NIPEM. In: Encontro da rede de professores, pesquisadores e licenciandos de Física e de Matemática, 2., 2010, São Carlos. **Trabalhos apresentados...** São Carlos/DP: UFSCar, nov. 2010. Disponível em: <http://www.enrede.ufscar.br/participantes_arquivos/E3_Sousa_TA.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p.81.

VYGOTSKY LS. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes;1984.

VALENTE, J. A.; ALMEIDA, M. E. B. (Org.). **Formação de educadores a distância e integração de mídias**. São Paulo: Avercamp, 2007.

APÊNDICE

APÊNDICE A – ROTEIRO DOS VÍDEOS DE CURTA DURAÇÃO



Roteiro de produção e apresentação dos vídeos de curta duração

Caracteres iniciais para inserir em cada aula:

Série:

A inovação na produção e apropriação de conhecimentos pela Formação Coletiva dos professores, profissionais da educação e colaboradores

Caracteres finais para inserir em cada aula:

Apresentação e roteiro: Joziane Jaske Buss

Orientação: Andressa Mafezoni Caetano

Filmagem e edição: Gabriel Miranda Rutsaz

Intérprete de LIBRAS: Marcileia Aparecida Bridi Sperandio

Apoio: Secretaria de Educação e Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá-ES

Realização: Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Educação-UFES

Canal do youtube da Prefeitura de Santa Maria de Jetibá e do Aprender SMJ da Secretaria de Educação

<https://www.youtube.com/channel/UCc63noxBD874MH7KztHPSWQ>

<https://www.youtube.com/c/PrefeituraMunicipaldeSantaMariadeJetibáES/>

Vídeo 1 – Contextos da Pesquisa

Olá, me chamo Joziane Jaske Buss, sou Professora graduada no curso Normal Superior com licenciatura em Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental; desde 2014, coordeno o Centro de Referência de Educação Inclusiva – CREI - da Secretaria de Educação de Santa Maria de Jetibá, região serrana do ES.

Sou mestranda no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO DA UFES. Produzimos um total de 05 vídeos de curta duração referente à dissertação intitulada A Formação Continuada de professores, profissionais da educação e colaboradores na perspectiva da inclusão escolar, realizada no curso de Mestrado Profissional, entre os anos de 2019 a 2021. E que requer ao final a apresentação de um produto educacional.

Iniciamos com a apresentação de Santa Maria de Jetibá, onde a pesquisa foi desenvolvida, na região Centro-Serrana do Espírito Santo, a 80 km de Vitória. Com população estimada de 40.431 pessoas, conforme o IBGE (2019), o município é constituído em sua maioria por descendentes de pomeranos, vindos da Pomerânia, atualmente região da Alemanha. Parte da comunidade ainda se comunica em Pomerano, às vezes necessitando intérprete, principalmente quando precisam fazer compras na Sede do Município ou usar alguns serviços. Na Economia, o município lidera a produção de hortifrutigranjeiros com destaque internacional.

Essa foi uma apresentação geral do município de Santa Maria de Jetibá. Agora vamos discorrer sobre o campo educacional, gerido pela Secretaria de Educação. A rede Municipal abrange 46 escolas: cinco creches, cinco Centros de Educação Infantil (CMEIs), duas Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs), vinte e oito Escolas Unidocentes e Pluridocentes (EMUEF – EMPEIEF), quatro Escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental (EMEIEFs) e duas escolas de Ensino Fundamental completo (EMEFs). Dos 3.961 estudantes, 1.726 estão na Educação Infantil e 2.235 no Ensino Fundamental. Deste total, 100 têm alguma deficiência. A rede municipal de ensino conta com 399 servidores, 98 possuindo formação em Educação Especial/Inclusiva.

As discussões sobre a Educação Especial/ Inclusiva apontaram a necessidade e a possibilidade de uma formação relacionando os servidores de educação de Santa Maria de Jetibá, com espaço interativo coletivo validando os saberes de todos; todos podem se reconhecer produtores de conhecimentos válidos, imprescindíveis à inclusão escolar dos alunos com deficiência matriculados na rede municipal de ensino. Mas sabíamos que era nossa responsabilidade, enquanto órgão gestor, concretizar esta formação em nosso sistema de ensino. E entendíamos ser necessário o aprofundamento teórico-prático na implementação destas ações formativas enquanto disparadores de novos conhecimentos. Para tanto, construímos parceria com professores pesquisadores do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito, por meio da participação no Grupo de Pesquisa Formação, Pesquisa-Ação e Gestão em Educação Especial GRUFOPEES.

Nesse grupo contatamos o universo da pesquisa e gestão da Educação Especial/Inclusiva, instigando reflexões sobre a realização da proposta formativa no município baseada na coletividade, envolvendo todos os componentes da escola. É importante destacar que essa proposta foi instituída pelo Centro de Referência de Educação Inclusiva – CREI, da Secretaria Municipal de Educação (SECEDU). O setor foi criado em 2010, por meio do decreto 091/2010, para fortalecer a Educação Especial na perspectiva inclusiva.

Nesta conjuntura e linha temporal, a escolha do problema de pesquisa é relevante, significa compromisso com a formação: caminhamos enquanto profissionais, formadores e pesquisadores na área da educação especial/inclusão escolar. Assim, propusemos analisar, pela formação continuada de professores, profissionais da educação e colaboradores, os desafios e as possibilidades da inclusão escolar de alunos com deficiência em Santa Maria de Jetibá.

Partimos do princípio de que todos que trabalham na escola, (professores regentes, professores de áreas específicas, professores do Atendimento Educacional Especializado), profissionais da educação (supervisores, coordenadores de áreas, diretores e colaboradores (auxiliares de Educação Especial, auxiliares de creche, bibliotecários, secretário escolar, estagiários, auxiliares de serviços gerais, merendeiras, motoristas), são agentes da construção do conhecimento e da formação social do estudante com deficiência. Ressaltamos que temos ciência do papel primordial do professor de ensinar.

A perspectiva histórico-cultural nos auxilia a entender o Homem enquanto ser que se constrói e é construído por meio das interações sociais, que influenciarão seu modo de agir, pensar, sentir, formar valores, construir conhecimentos, visão de mundo, etc. Assim, na interação entre pares, no contato com o outro, nos formamos e transformamos nossas ações e práticas. Em se tratando da escola, essa interação entre pares é determinante para a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos.

Essas discussões tomaram contorno na pesquisa, evidenciando que é no coletivo que são construídas possibilidades de que a formação continuada seja ferramenta de transformação das ações e das práticas pedagógicas, fortalecendo vínculos entre aqueles que trabalham com educação e os saberes científicos-pedagógicos. A partir desse contexto e dessa crença, decidimos contribuir com o município produzindo cinco vídeos de curta duração, buscando fomentar espaços formativos coletivos nas escolas, onde todos os participantes da escolarização se motivem a construir cooperativamente conhecimentos e reflexões, visando vencer os desafios da inclusão e escolarização dos estudantes com deficiência.

Assim, após apresentarmos o município, seu âmbito educacional e o problema de pesquisa, esperamos você para assistir ao próximo vídeo, no qual abordaremos o tema “Inclusão Escolar”.

Referências

REGO, T. C. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

REGO, T. C. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VYGOTSKY, L. S. **Obras Escogidas**, Tomo V – Fundamentos de Defectologia. Obras Escogidas, Madri: Visor, 1997.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998; 2007; 2010.

Vídeo 2 – Inclusão escolar, o que é?

Olá, me chamo Joziane Jaske Buss, sou Professora graduada no curso Normal Superior com licenciatura em Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Desde 2014 coordeno o Centro de Referência de Educação Inclusiva – CREI - da Secretaria de Educação de Santa Maria de Jetibá, na região serrana do ES.

Sou mestranda no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO DA UFES. Produzimos um total de 05 vídeos de curta duração referente à dissertação intitulada A Formação Continuada de professores, profissionais da educação e colaboradores na perspectiva da inclusão escolar, realizada no curso de Mestrado Profissional, entre os anos de 2019 a 2021. E que requer ao final a apresentação de um produto educacional.

Neste vídeo, dialogaremos sobre Inclusão Escolar.

Para falarmos sobre a inclusão escolar, é importante lembrar que historicamente as pessoas com deficiência têm sido excluídas na Sociedade, por não corresponderem ao padrão/modelo de ter corpo ou intelecto perfeitos, comparados à maioria. As pessoas consideradas fora deste padrão/modelo de perfeição e normalidade, muitas vezes, têm sido impedidas de desfrutar dos bens sociais, entre eles, a escola.

No Brasil, antes de 1970, as crianças com deficiência não participavam da escola comum. Naquela década, surge um modelo educacional chamado de Integração, no qual os estudantes com deficiência podiam ser matriculados/“integrados” na escola regular; mas o aluno, com seu próprio esforço, devia adaptar-se ao ambiente escolar: as escolas não mudavam sua prática

pedagógica para atender às necessidades dos alunos. Além disso, eram colocados em classes especiais, ou seja, separados dos outros.

As discussões sobre a inclusão escolar intensificaram-se nos anos de 1980, quando as pessoas com deficiência e suas famílias começaram a lutar por seus direitos, para que fossem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros. Esse movimento de luta buscava não somente acesso à escola (educação), mas à saúde e ao lazer, participando de todos os espaços sociais.

Então, a partir de reformas no contexto brasileiro, o início da década de 1990, marcado pelo discurso esperançoso decorrente das conquistas dos direitos sociais alcançados, na Constituição Federal de 1988, a educação passou a ser um direito de todos, expresso no art. 206, inciso I, surgindo como um dos princípios para o ensino, a igualdade de condições de acesso e permanência na escola.

É importante dizer que nos anos de 1990 a Conferência Mundial de Educação Para Todos, na Tailândia, discutiu o novo modelo educacional denominado inclusão escolar. Esse novo modelo superou o modelo de integração. O novo modelo de inclusão escolar veio para garantir o direito de todos, não só dos alunos com deficiência, tendo por base uma educação de qualidade.

Em 1994, a Declaração de Salamanca destaca: “O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter.”

A partir dos movimentos internacionais, no Brasil uma reforma no sistema educacional modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgando em 20 de dezembro de 1996 a LDB 9394/96. Essa lei foi um marco na Educação brasileira porque estabeleceu em seu quinto capítulo que os estudantes com “Portadores de necessidades especiais” devem estar matriculados preferentemente na rede regular de ensino. É importante lembrar que o termo portador não é mais usado hoje, e que a partir da nova LDB outros documentos regulamentaram as políticas públicas para a educação e para a educação especial, como leis, decretos e resoluções. Em 2008, a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva mostra a importância de um redirecionamento educacional, fundamentado nos direitos humanos. Tal política afirma que o movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem discriminação.

Então o que é a Inclusão Escolar?

A inclusão escolar é o movimento em que os estudantes ingressam na escola comum, mas não são elas que tem que se adaptar ao ambiente de ensino: todos precisam cooperar, a família, os

professores, os profissionais da educação, os colaboradores, tornando a escola um ambiente no qual todos possam permanecer e aprender juntos independentemente de suas diferenças.

Então, podemos dizer que a inclusão escolar é uma inovação que implica esforço para mudanças de perspectiva educacional, porque não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldade de aprendizagem, mas todos os integrantes da escola, sejam alunos, professores, profissionais e colaboradores. Por isso, a inclusão pressupõe que todos precisam estar em constante formação, favorecendo o amadurecimento e os diversos aprendizados da vida cotidiana. Ressaltamos que a inclusão escolar requer formação contínua que atenda às necessidades do contexto, que não venha pronta, mas sim construída com seus pares.

Sob esse aspecto, consideramos a formação continuada a partir das necessidades do contexto um desafio para a escola e para os nela atuam. É necessário construirmos um novo olhar, buscando ações e práticas pedagógicas reflexivas, posicionando-se diante dos momentos conflituosos de maneira consciente, buscando educação comprometida com acesso, permanência, aprendizagem e desenvolvimento humano.

Assim, vivenciar os direitos humanos na inclusão escolar pressupõe ações e práticas contra qualquer tipo de exclusão, onde “TODOS” possam usufruir dos seus direitos independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, entre outras. É nesse sentido que a Educação Especial em tempos de inclusão deverá direcionar-se.

Acreditamos que os resultados desta pesquisa possam contribuir de alguma forma, com as discussões atuais da temática inclusão escolar e formação continuada daqueles que trabalham com os estudantes com deficiência.

E é com essa mudança de olhar que no próximo vídeo dialogaremos sobre Formação Continuada, como caminho possível para a inclusão escolar.

Esperamos você lá!

Referências

AINSCOW, M. Tornar a educação inclusiva: como esta tarefa deve ser conceituada? In: FÁVERO, O.; FERREIRA, W. **Tornar a Educação Inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009. p. 11-23.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência (CORDE), 1994.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. MEC SEESP, 2001. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 26 out. 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 26 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional da educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução Nº 4: Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Brasília, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13.146.htm. Acesso em: 26 jan. 2019.

BRASIL, Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2009.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2021.

Vídeo 3 – Por que me formar?

Olá, me chamo Joziane Jaske Buss, sou professora graduada no curso Normal Superior com licenciatura em Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Desde 2014, coordeno o Centro de Referência de Educação Inclusiva – CREI - da Secretaria de Educação de Santa Maria de Jetibá, na região serrana do ES.

Sou mestranda no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO DA UFES. Produzimos um total de 05 vídeos de curta duração referente à dissertação intitulada A Formação Continuada de

professores, profissionais da educação e colaboradores na perspectiva da inclusão escolar, realizada no curso de Mestrado Profissional, entre os anos de 2019 a 2021. E que requer ao final a apresentação de um produto educacional.

No vídeo de hoje, conversaremos sobre a importância de estarmos em constante formação.

Sabemos que ensinar todos os alunos e oferecer ensino de qualidade é compromisso que assumimos em nossa vida profissional, desde a formação inicial, que se estende num processo contínuo, movimento constante de construção de conhecimento. Entendemos que a escola, para além do objetivo de formar estudantes cidadãos, também é responsável por promover o crescimento profissional dos seus servidores. Isso é muito importante, pois a formação continuada é um dos pilares para construir ensino-aprendizagem de qualidade.

Então, faz-se necessário discutir os desafios da formação continuada na perspectiva de inclusão escolar, considerando a necessidade de mudanças de atitudes e práticas, firmada pela diferença e a diversidade de estudantes na escola. Se a aprendizagem e o desenvolvimento são pilares da função social da escola na perspectiva da formação cidadã de todos os alunos, do mesmo modo é importante a continuidade da formação não só de professores, mas de todos aqueles que fazem parte de uma forma direta ou indireta do processo educativo.

Pensando na formação de professores em cooperação com outros profissionais da educação e colaboradores da escola, podemos nos perguntar: por que nos formar? Essa pergunta deve vir acompanhada de provocações e inquietações, que promovam mudanças na realidade escolar. E isso só é possível quando nos comprometemos com nosso próprio crescimento pessoal e profissional, nos tornando agentes ou autores das mudanças necessárias, por exemplo, quando pensamos na inclusão escolar dos alunos com deficiência matriculados em nossas escolas.

Falamos aqui de uma formação pela interação com o outro, pois entendemos que a convivência entre os professores, profissionais e colaboradores possibilita a troca de saberes, que passam a ser a fonte da construção de novos conhecimentos. É necessário assumir o desafio de construir colaborativamente um processo formativo que se constitua espaço discursivo em que todos tenham abertura para falar, e, principalmente, dialogar com o outro que tem função diferente. Um espaço para formação continuada que prime pela garantia de diálogos em alguns momentos livres, em outros orientados, mas que garantam as mesmas oportunidades de expressar e aprender.

Assim, compreendemos a escola como espaço vivo, organizada a partir dos interesses que se manifestam nas necessidades dos sujeitos que a compõem. A partir dessa discussão, precisamos indagar como temos compreendido esse movimento formativo, como temos nos colocado neste

processo, em que ele contribui, por que é tão importante, protagonizarmos a escola, assumindo o compromisso com a profissão e a Sociedade, em especial com aqueles que a frequentam.

Nesses termos, concordamos com estudiosos que nos dizem que os movimentos formativos precisam ser consolidados como contágio entre os diferentes atores no processo ensino-aprendizagem, ou seja, os envolvidos devem motivar-se na relação com o outro.

Mas sabemos que a formação continuada, por si só, não resolve as necessidades educacionais nas escolas. Sem outros investimentos, esse movimento é insuficiente. É necessário também a participação da família na escolarização dos filhos e investimentos públicos.

São necessárias políticas públicas, com regulações, orientações e ações garantindo investimentos para a educação especial, ligada à proposta de educação inclusiva/inclusão escolar.

Porém, sabemos também que sem movimento para formação de professores, profissionais da educação e colaboradores da escola, alguns deles podem sentir-se isentos de responsabilidade no processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência. É necessário repensar que, para que o professor em sua sala de aula desenvolva trabalho com bons resultados, é imprescindível o envolvimento de toda comunidade escolar. Precisamos abandonar a ideia de que o professor, regente ou especialista, são os únicos responsáveis pelo aluno com deficiência, e construirmos o movimento de que todos os setores e servidores têm responsabilidade na escolarização de todos os alunos.

Mas de que forma?

Antes de tudo, é preciso ressaltar que, por exemplo, a LDB e a PNEEPEI asseguram a todos os servidores da escola a formação para a educação na perspectiva da educação inclusiva, particularmente na aprendizagem, na participação, na criação de vínculos interpessoais e na construção de ambientes de aprendizagens colaborativos e interativos, nos quais todos os integrantes da escola são peças fundamentais no processo educativo de todos os alunos.

Dessa maneira, todos podem contribuir com a aprendizagem dos alunos, ou seja, cada profissional em seu setor, com seus conhecimentos. Essa perspectiva assumida na escola remete ao repensar sua forma de organização, na qual cada profissional se restringe única e exclusivamente ao desempenho de sua função, de maneira isolada e solitária.

Portanto, entendemos que a escola gera conhecimento, é capaz de formar todas as pessoas: as que a frequentam e as que atuam em seus espaços. Assim, a escola pode se transformar em espaço formador coletivo, na qual todos, independentemente de sua função, passam a ter maiores participações no processo educativo e inclusivo dos alunos com deficiência.

Assim, a própria instituição deve estabelecer proposta de valorização do trabalho em equipe, com todos os integrantes das escolas se reconhecendo enquanto protagonistas, não apenas coadjuvantes de sua própria formação, bem como de seus colegas de trabalho. Daí a importância da *reflexão coletiva* sobre inclusão escolar na própria escola, de modo que o ambiente de trabalho se constitua espaço de parcerias, trocas, onde todos se unam com o mesmo objetivo: “promover o acesso ao conhecimento para todos os alunos, permitindo a todos o aprendizado”.

Precisamos considerar que cada profissional traz saberes compartilháveis, num movimento de trocas de experiências, discussões e reflexões da própria prática. Esses momentos podem propiciar o redirecionamento de muitas ideias e percepções e a construção de novos saberes. Pensar e trocar ideias sobre as práticas educacionais vividas, procurando compreender seu sentido, pode evidenciar a validade, até a necessidade de serem instaladas, na própria escola, oportunidades de interação, comunicação e cooperação. De modo que todos os profissionais se sintam implicados e comprometidos com a inclusão escolar.

As trocas de experiência e o conhecimento profissional valorizam o desenvolvimento pessoal e profissional e das respectivas instituições escolares. A formação continuada acontece no próprio local de trabalho, por meio de redes de autoformação. O investimento em si mesmo e na sua formação embasa a crítica do sujeito ao próprio trabalho pedagógico, à escola e à realidade, com busca de alternativas simultaneamente às atividades escolares. A formação continuada, baseada na reflexão, investigação e troca de experiências, contribui para a reatualização dos saberes e a diversificação das atividades na aprendizagem e desenvolvimento dos alunos com deficiência matriculados no ensino comum.

Enfim, a formação coletiva, envolvendo todos os integrantes da escola, centrada na profissão e na vida da escola, deve ser seguida na formação continuada fundamentada nos princípios da Inclusão Escolar, com reflexão crítica compartilhada. Essa formação, longe de ser formulação acabada, representa *continuum* da formação profissional.

Diante dessas reflexões, ressaltamos a importância de espaços formativos coletivos no desenvolvimento de uma prática colaborativa para inclusão escolar. Para tanto, autores que estudam a inclusão escolar apontam a necessidade da construção de espaços interativos sustentados na escola, entre os diferentes atores que a compõem, quando todos podem repensar suas práticas e fazer diferente na escolarização dos alunos com deficiência.

É o que conversaremos no próximo vídeo. Até lá!

Referências

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Proposta de Diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica, em cursos de nível superior. Brasília, 2000.

BRASIL. **Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 24 dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1. Aprovada em 15 de maio de 2006. Institui diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em pedagogia, licenciatura. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 mai. 2006. Seção 1, p. 11.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. **O papel da Universidade frente às políticas públicas para educação inclusiva**. *Revista Benjamin Constant*, Rio de Janeiro, p. 3-8, 2004.

GLAT, R.; ANTUNES, K. V. C.; OLIVEIRA, M.; PLETSCHE, M. D. **A educação especial no paradigma da inclusão: a experiência da rede pública municipal de educação do Rio de Janeiro**. In: Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 13., 2006, Recife. *Anais...* Recife, 2006.

GLAT, R. & PLETSCHE, M. D. Relatório científico. **Educação Inclusiva na Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro: estudo etnográfico do cotidiano escolar e desenvolvimento de estratégias pedagógicas de ensino-aprendizagem para alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares**. Programa de Pós-graduação em Educação, PROPEd, Rio de Janeiro, fevereiro de 2008.

MENDES, E.G. **Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil**. In: PALHARES, M. & MARINS, S. (Orgs.). *Escola Inclusiva*. São Carlos: EdUFSCar, p. 61-85, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Igualdade e diferenças na escola como andar no fio da navalha**. *Educação (PUC/RS)*, Porto Alegre / RS, v. XXIX, n. 1(58), p. 55-64, 2006.

MIRANDA, T.G. **Desafios da formação: dialogando com pesquisas**. In: CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R. (Org.). *Professores e educação especial: formação em foco*. Porto Alegre: Mediação, 2011. v.1.

PATTUZZO, K. G. **O pedagogo no contexto da inclusão escolar: possibilidades de ação na escola comum**. 2014. 193f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

Vídeo 4 – O trabalho colaborativo na Inclusão Escolar

Olá, me chamo Joziane Jaske Buss, sou professora graduada no curso normal superior com licenciatura em Educação Infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental. Desde 2014,

coordeno o Centro de Referência de Educação Inclusiva – CREI - da Secretaria de Educação de Santa Maria de Jetibá, na região serrana do ES.

Sou mestranda no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO DA UFES. Produzimos um total de 05 vídeos de curta duração referente à dissertação intitulada A Formação Continuada de professores, profissionais da educação e colaboradores na perspectiva da inclusão escolar, realizada no curso de Mestrado Profissional, entre os anos de 2019 a 2021. E que requer ao final a apresentação de um produto educacional.

Como vimos no vídeo passado, escola inclusiva exige pensar com o outro, refletir com nossos pares para fazermos o ato educativo, pois é nas relações entre os atores da escola e com a formação continuada que poderão acontecer mudanças relevantes no processo de inclusão dos alunos com deficiência matriculados na rede comum de ensino.

Sabemos que não se inclui apenas com discurso e boa vontade. Mudar envolve a articulação no trabalho pedagógico entre todos, visando à construção de trabalho colaborativo na escola, na qual todos possam aprender e desenvolver-se, permanecer na escola e alcançar sucesso acadêmico. Desta forma, os sujeitos se constituem relacionando-se com outros, possibilitando construir grupos colaborativos em que todos se beneficiem das potencialidades de cada um e do coletivo.

A partir da discussão, perguntamos: quem poderá participar deste trabalho colaborativo?

Para encontrarmos respostas, partimos do conceito de colaboração, que é trabalho comum, com várias pessoas. Quando duas ou mais pessoas trabalham em busca de objetivos comuns, compartilhando responsabilidades, dificuldades, solucionando problemas, traçando metas e planejando em conjunto a direção a ser seguida conforme as potencialidades e necessidades de aprendizagem dos alunos.

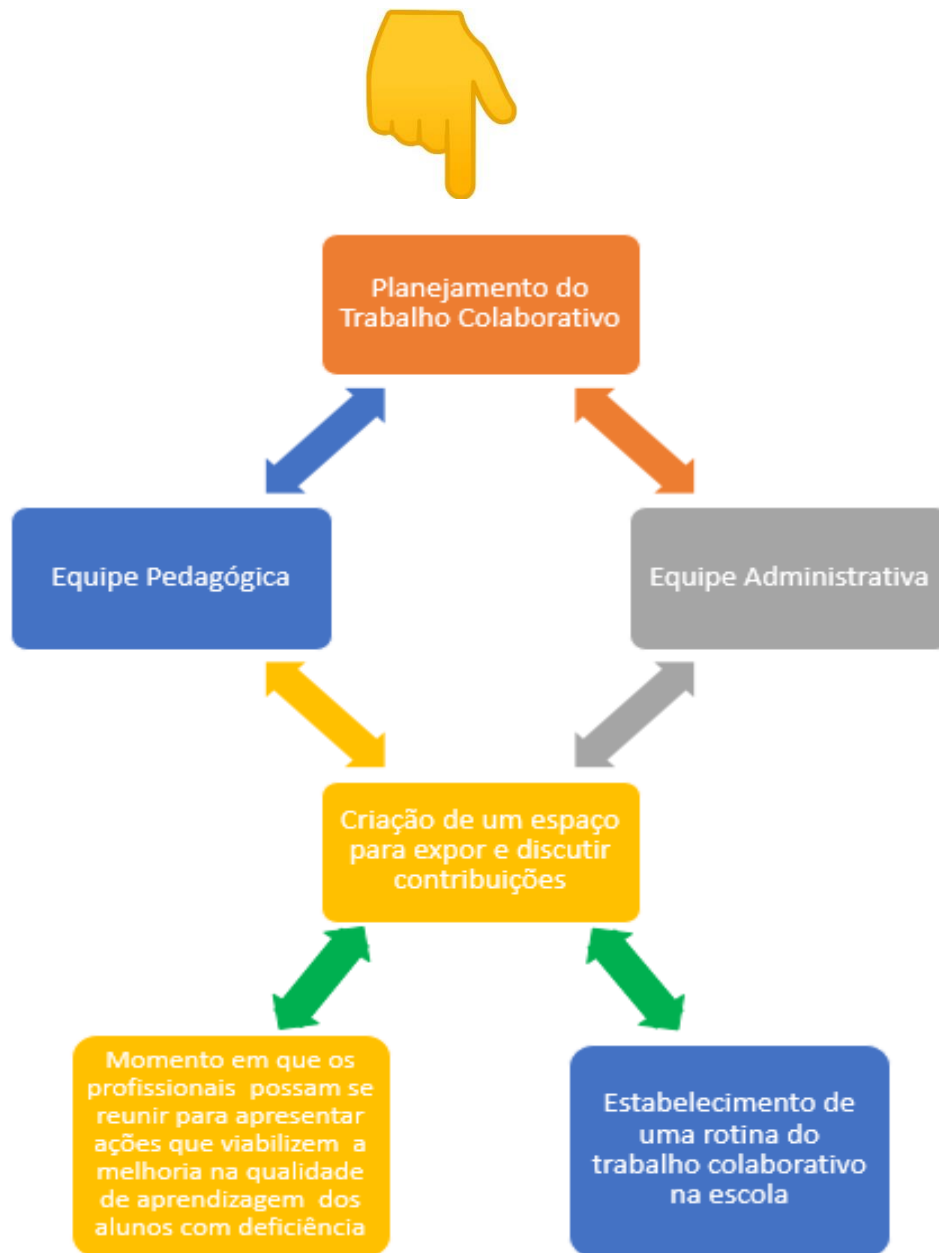
Sob essas circunstâncias, para que essa prática se efetive a escola precisa seguir alguns passos, tais como: estabelecer relação de igualdade entre os participantes; valorizar todas as contribuições; construir objetivos comuns; compartilhar responsabilidades; promover apoio mútuo; criar clima de solidariedade entre os servidores, dentre outros. O importante, é que ninguém deve considerar-se mais importante do que o outro. Cada envolvido neste trabalho pode aprender e beneficiar-se dos saberes dos demais e, com isso, o beneficiário maior será sempre o estudante.

Sabemos que o papel do professor regente é o de mediar a aprendizagem, enquanto o professor especialista contribui para que os alunos com deficiência possam se apropriar dos conhecimentos ofertados no espaço escolar.

Para além dos professores você pode estar se perguntando em que posso contribuir, se sou merendeira e minha função é fazer a merenda desse aluno. Pois é, mas você sabia que preparar merenda mais pastosa, por exemplo, para aluno com dificuldade de deglutição, contribui? E o motorista quando orienta os alunos a subirem os degraus, afivelar o cinto de segurança, também contribui? Ah, e o auxiliar de serviços gerais, auxiliando os alunos a encontrarem sua sala de aula, ou qualquer outro espaço da escola, é uma forma de ensino. O bibliotecário, além de cuidar dos livros, pode auxiliar na construção do hábito da leitura. O secretário escolar pode colaborar no ato da matrícula, coletando as informações necessárias para o bom andamento desses alunos no espaço escolar. O supervisor escolar é fundamental, pois medeia a articulação entre os professores, profissionais da educação e colaboradores, de modo que todos possam estar implicados no processo de inclusão. O estagiário é primordial, bem como o auxiliar de educação especial, pois estão lado a lado do professor, mediando todo trabalho com alunos em sala de aula. A equipe gestora pode contribuir assegurando a acessibilidade, de maneira a adequar os diferentes espaços, desde a área externa até os ambientes internos (salas, pátios, corredores, mobiliários, equipamentos), dando *condição de alcance a todos para utilização, além de* implementar práticas que favoreçam a inclusão escolar, encorajando todos os participantes deste processo a buscarem novas formas de ensinar, respeitando a particularidade de cada aluno. Outro ponto relevante para que este trabalho se estruture e vire hábito, é criar espaços e momentos para encontros, troca de ideias e experiências, elaboração de estratégias, bem como apoio adequado para que todos possam sustentar as iniciativas e manter a continuidade, para revisar os progressos dos alunos e reformular ou reprogramar as estratégias de trabalho educativo inclusivo. Concebendo a escola como espaço de colaboração, e os servidores, agentes desse processo.

Para a viabilização do trabalho colaborativo, os envolvidos precisam analisar as barreiras ao desenvolvimento desta proposta, e que ações poderiam ser criadas para superá-las. A equipe gestora tem papel importante na articulação de momentos para que os profissionais se reúnam para discutirem, refletirem sobre as práticas inclusivas e o fortalecimento deste trabalho colaborativo.

Criamos um fluxograma para facilitar o entendimento de como seria na prática o trabalho colaborativo na escola. Vamos ver:



Nessa perspectiva, o trabalho colaborativo pode ser compreendido como estratégia educativa eficaz a ser utilizada pelos profissionais na aprendizagem dos alunos com deficiência e assim contribuir com a sua inclusão em todos os contextos escolares.

No próximo e último vídeo vamos refletir sobre as vantagens e possibilidades de se constituir espaços formativos coletivos na própria escola. Nos encontramos lá!

Referências

PATTUZZO, K. G. **O pedagogo no contexto da inclusão escolar**: possibilidades de ação na escola comum. 2014. 193f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

PEIXOTO, J.; CARVALHO, R. M. **Os desafios de um trabalho colaborativo**. Revista Educativa, Goiânia, v. 10, n. 2, p. 191-210, jul./dez. 2007.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

VIGOTSKY, L. S. **Obras Escogidas**, Tomo V. Fundamentos de Defectologia. Obras Escogidas, Madri: Visor, 1997.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998; 2007; 2010.

Vídeo 5 – Reflexões para a constituição de espaços formativos coletivos na escola: vantagens e possibilidades

Olá, me chamo Joziane Jaske Buss, sou professora graduada no curso normal superior com licenciatura em Educação Infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental. Desde 2014, coordeno o Centro de Referência de Educação Inclusiva – CREI - da Secretaria de Educação de Santa Maria de Jetibá, na região serrana do ES.

Sou mestranda no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO DA UFES. Produzimos um total de 05 vídeos de curta duração referente à dissertação intitulada A Formação Continuada de professores, profissionais da educação e colaboradores na perspectiva da inclusão escolar, realizada no curso de Mestrado Profissional, entre os anos de 2019 a 2021. E que requer ao final a apresentação de um produto educacional.

No quarto vídeo vimos a importância da interação entre os profissionais que atuam nas escolas no processo de inclusão escolar. A diversidade e a diferença na escola requerem ressignificar as ações dos professores, profissionais da educação e colaboradores. Por isso, a formação continuada se constitui espaço de trocas de experiências e produção de conhecimentos entre os pares envolvidos na inclusão escolar.

Propomos neste último vídeo refletirmos sobre a importância da formação continuada de professores, dos profissionais da educação e colaboradores na perspectiva de inclusão escolar, destacando que os processos formativos por meio da coletividade sejam caminho promissor para ação colaborativa entre os diferentes atores da escola, acreditando que todos contribuem direta e indiretamente no exercício de suas funções na inclusão escolar.

Esses apontamentos são importantes para pensarmos nesta aposta, pois nos proporcionam reflexões sobre os desafios na construção de uma formação continuada coletiva na escola, que abranja não somente os professores, mas todos os profissionais, pois o trabalho em equipe é fundamental para a aprendizagem não somente dos alunos, mas para a aprendizagem institucional da escola.

Estudiosos da área consideram que a escola precisa trabalhar com os professores a partir do apoio, da cooperação, da interação, da comunicação e da solidariedade, princípios que necessitam configurar-se impulsionadores dos saberes/fazer educativos que se instituem nas relações/interações coletivas. O que nos instiga a repensar a formação continuada como espaço de relações interpessoais entre os diversos pares, de modo que o professor não se sinta sozinho no processo de inclusão escolar.

Entendemos que a inclusão escolar, baseada em educação para todos, precisa assumir uma prática social e intelectual que guie a formação dos alunos, professores, profissionais de educação e colaboradores considerando que os conhecimentos produzidos não são única e exclusivamente obedientes à proposta curricular, mas sim, de várias ideias que se cruzam, formando saberes únicos. Essas ações se movem colaborando para que os professores percebam a possibilidade de se trabalhar em parceria com os demais profissionais que compõem o ambiente escolar no qual estão inseridos, ajustando suas práticas segundo a diversidade de aprendizes em sala de aula, de modo a ofertar educação de qualidade para todos os alunos, onde todos possam ter garantido o direito de aprender.

Vimos que em Santa Maria de Jetibá entende-se que a aprendizagem é abrangente, implica a participação de todos os componentes do universo escolar, do professor(a) ao o motorista da escola, sem hierarquia para compreensão da inclusão; e essa relação se reflete no sucesso do desenvolvimento cognitivo, social e afetivo dos alunos com ou sem deficiência; faz-se necessário, a consolidação de espaços formativos contínuos que transformem a prática, favorecendo a construção dos diversos saberes dos diferentes atores.

Esse modo de pensar a Formação Continuada vem sendo concretizado em Santa Maria de Jetibá, pelo CREI, setor responsável pela Educação Especial/Inclusiva, com anuência da Secretaria de Educação. Na pesquisa de mestrado profissional na Universidade Federal do

Espírito Santo obtivemos resultados que apontaram que é possível promover espaços formativos coletivos que permitam a partilha de conhecimentos capazes de produzir transformações no contexto escolar e nos próprios profissionais educacionais.

Esse trabalho nos mostra que devemos investir na consolidação de ambiente de aprendizagens colaborativas e interativas que considere todos os integrantes da escola protagonistas da inclusão escolar. Pois a escola se institui a partir da atuação dos professores, profissionais da educação e colaboradores. Sua organização abrange diferentes sujeitos em constante interação com os alunos, e são todos esses sujeitos que instituem a escola.

Assim, deixamos algumas reflexões:

- ✚ O que impede a escola de organizar no seu próprio espaço momentos formativos com todos os seus profissionais?
- ✚ Será que estamos presos àquela velha concepção de que o aluno com deficiência é de responsabilidade única e exclusiva do professor, e que por isso somente ele precisa estar em constante formação?
- ✚ De que modo os profissionais da escola têm se formado para atender a diversidade e a diferença?
- ✚ Será que estamos fragmentando os conhecimentos ao invés de ampliá-los?

Frente a essas reflexões, as discussões nestes vídeos buscaram problematizar a relação entre a formação continuada, a inclusão escolar e a constituição de novos/outros conhecimentos por meio da relação com o outro no cotidiano escolar. Compreendendo que esse outro são todos os componentes da escola, lugar privilegiado de partilha de saberes, onde se estreitam as relações humanas, se aprende com as diversidades e com as diferenças, onde se constroem conhecimentos. E construir conhecimentos resulta numa ação partilhada, já que é por meio dos outros, das trocas efetivas, que as relações sujeito-objeto de conhecimento se estabelecem. Concluímos com o pensamento de Vygotsky: “O homem é concebido como “um ser que pensa, raciocina, deduz e abstrai, mas também alguém que sente, se emociona, deseja, imagina e se sensibiliza”.

E é com essa ideia que encerramos este vídeo, na certeza de que deixamos um sentimento de inquietação, desejo, inspiração, confiança numa formação continuada pensada na totalidade da escola.

Nos despedimos confiantes e com o desejo de ter contribuído com a formação continuada de professores, profissionais da educação e colaboradores para que a escola realmente se efetive como espaço inclusivo.

Referências

ALMEIDA, M. L. **As contribuições da pesquisa-ação para a elaboração de políticas de formação continuada na perspectiva da inclusão escolar.** 2004. 266 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2004.

MELO, D. C. F.; MAFEZONI, A. C. **O direito de aprender e o alunos público-alvo da educação especial:** trajetórias escolares e o papel da família. *Revista Educação em Debate - UFC*, v. 41, p. 101-115, 2019.

PANTALEÃO, E. **Formar formando-se nos processos de gestão e inclusão escolar.** 2009. 218f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes; 1984.